



## A Santa Sé

---

**DISCURSO DO SANTO PADRE JOÃO PAULO II  
AO NOVO EMBAIXADOR DA  
EX-REPÚBLICA JUGOSLAVA DA MACEDÓNIA  
JUNTO À SANTA SÉ POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO  
DAS CARTAS CREDENCIAIS**

Sexta-feira, 28 de Junho de 2002

*Senhor Embaixador*

No momento em que recebo as Cartas que o acreditam como primeiro Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da ex-República Jugoslava da Macedónia junto da Santa Sé, apresento-lhe as minhas mais cordiais boas-vindas. Enquanto lhe manifesto o meu agradecimento pelas amáveis expressões de bons votos que, por intermédio da sua distinta pessoa, o Presidente da República Sua Excelência o Senhor Boris Trajkovski me dirigiu, peço que tenha a amabilidade de lhe transmitir os meus cordiais bons votos, que acompanho com uma especial oração a Deus, a fim de que o querido povo do seu País possa continuar a trabalhar com sabedoria em benefício do desenvolvimento humano autêntico da sua Nação, assim como pela paz e a justiça nessa região.

Desta maneira, os seus compatriotas demonstrarão que são herdeiros fiéis da rica tradição cristã que lhes foi deixada pelo Apóstolo Paulo e pelos Santos Irmãos Cirilo e Metódio.

O solene acto de apresentação das suas Cartas Credenciais, que tem lugar no dia de hoje, realiza-se num contexto mundial pouco pacífico. Em diversas regiões do mundo estão a verificar-se alarmantes manifestações de violência que, com frequência, são motivadas por antigas inimizades e pela tentação de alimentar as animosidades do passado.

Infelizmente também o seu País, no passado, passou por provações dolorosas. As Autoridades da sua Nação, em estreita colaboração com os responsáveis da comunidade internacional, enfrentaram estas dificuldades com o devido cuidado. Depois, promoveram as necessárias reformas constitucionais. E foram promulgadas leis que estimulam o respeito dos direitos das

minorias, mediante o encorajamento da participação das várias componentes da população nos vários níveis do processo político. Isto ajudará a progredir ao longo do caminho do diálogo, da reconciliação e da convivência pacífica.

Neste caminho, a Igreja não deixa de recordar que a atenção principal deve concentrar-se no coração do homem. Com efeito, é precisamente ali que podem instalar-se o ódio e o espírito de prepotência, sentimentos estes que se encontram na origem da perpetração de todos os actos de opressão.

Portanto, será do coração que se deverá partir, para desenraizar semelhantes sentimentos e para os substituir com uma atitude de fraternidade e de abertura em relação aos outros, vendo neles sobretudo aquilo que une, e não tanto aquilo que divide. Na realidade, uma sociedade que aspira a ser verdadeiramente civil e deseja contribuir para o progresso dos povos, deve cultivar em todos os seus membros uma compreensão objectiva e imparcial dos outros. Um entendimento análogo tem um valor inestimável, quando se trata de ajudar as pessoas a aceitarem tradições culturais e religiosas diferentes das que lhe são próprias. Trata-se, de facto, de um primeiro passo rumo à reconciliação, dado que o respeito das diversidades constitui uma condição indispensável para um relacionamento genuíno entre os indivíduos e entre os grupos. Uma cultura etnocêntrica, mesmo quando pretende resolver os problemas que se lhe apresentam, só consegue exacerbar as dificuldades e a difundir ulteriores divisões.

A Igreja está profundamente interessada pela dimensão social da vida do ser humano, e esta preocupação pelo bem-estar da sociedade constitui uma parte essencial da mensagem cristã (cf. Carta Encíclica *Centesimus annus*, 5). É por este motivo que ela convida os seus membros a participarem activamente na vida política, económica e social nos seus respectivos países, para fazer com que neles se difundam a luz da fé e a mensagem evangélica da reconciliação e do perdão.

Pois bem, os requisitos da justiça exigem que, cada vez que se comete um erro ou que se realiza um acto de maldade, é necessário reconhecê-lo e, na medida do possível, repará-lo. Mas, a justiça humana encontra o seu fundamento último na lei de Deus e no seu plano de salvação para a humanidade (cf. *Dives in misericordia*, 14). Por conseguinte, na sua acepção mais completa, a justiça não se limita a definir o que é justo entre as partes em conflito, mas pressupõe inclusivamente que se restabeleça a justa harmonia de cada indivíduo com Deus, com o próximo e consigo mesmo. Por este motivo, não existe qualquer contradição entre o perdão e a justiça; com efeito, o perdão não diminui as exigências da justiça, mas procura reintegrar as pessoas e os grupos no seio da sociedade, e os Estados na comunidade das Nações, através de um renovado sentido de responsabilidade e, onde for possível, mediante a solidariedade para com as vítimas das injustiças do passado.

Este é o motivo pelo qual todos os sectores da sociedade devem trabalhar em conjunto para

construir uma convivência civil em que a dignidade da pessoa e o respeito dos direitos do homem constituam a norma de comportamento para todos: para os indivíduos, os governos e os organismos internacionais. Sim, a verdadeira paz é fruto da justiça, "virtude moral e garantia legal de benefícios e deveres" (*Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2002*, n. 3). Este deve ser o contexto mais amplo para as várias prioridades que - na longa tradição de tolerância e de respeito pelos diversos grupos étnicos, a que Vossa Excelência fez referência - o Governo tem em vista, enquanto se esforça por introduzir uma nova era de paz e de estabilidade para a Nação. Estou feliz por lhe poder assegurar que os católicos, apesar da sua situação de pequena minoria no interior do seu País, não deixarão de participar na edificação da sociedade civil, de maneira particular na promoção e na salvaguarda dos direitos humanos, no alívio das situações de pobreza e na educação da juventude.

Senhor Embaixador, a decisão tomada pelo seu Governo, de nomear um Embaixador junto da Santa Sé com residência em Roma, só pode revigorar os vínculos de amizade e de compreensão que já existem. Estou persuadido de que o período do seu serviço nesta função servirá para aprofundar este relacionamento; depois, desejo assegurar-lhe que os vários Departamentos da Santa Sé colaborarão de todas as formas para facilitar o cumprimento da sua missão. Com estes sentimentos, invoco sobre Vossa Excelência e sobre o querido Povo da ex-República Jugoslava da Macedónia, as abundantes bênçãos do Todo-Poderoso.